

A INTENTONA MONARQUISTA DE 1902

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Relato da Intentona Monarquista, ocorrida no Estado de São Paulo no ano de 1902, com ênfase na tradição oral coletada entre descendentes de Antônio Gonçalves Corrêa de Meira Júnior, líder dos rebeldes na cidade de Analândia.*

Abstract: *Story of the Monarchist Conspiracy, occurred in the State of São Paulo in the year of 1902, with emphasis in the verbal tradition collected among descendants of Antonio Gonçalves Corrêa de Meira Júnior, leader of the rebels in the city of Analândia.*

Este trabalho tem por objetivo reunir a tradição oral familiar, devidamente anotada por ocasião das entrevistas, com a documentação existente sobre uma tentativa de restauração monárquica que se deu no Estado de São Paulo no ano de 1902.

O início do meu interesse pela História deu-se nas longas conversas que entabulava com meus avós maternos, João do Amaral Mello e Guiomar Corrêa de Meira. Eu era bem criança, beirava os sete ou oito anos, e fui ficando cativo das narrativas deles que invariavelmente conduziam a assuntos relativos ao Brasil e, mais particularmente, a São Paulo. Uma das histórias que mais me fascinava dizia respeito a uma intentona armada, da qual participara o pai de minha avó, Antônio Gonçalves Corrêa de Meira Júnior, mais conhecido por Tônico Meira, com o fim precípua de derrubar o regime republicano e restaurar a Monarquia no Brasil. Quando se deu o caso, vovó¹ era pequena, contava pouco mais de 9 anos, mas já possuía idade suficiente para se lembrar dos fatos. Tendo permanecido solteira até a morte do pai, que se deu em 1914, quando ela tinha 21 anos de idade, dele ouviria mais detalhes do ocorrido no convívio diário com o pai; e, da mãe, D. Lídia Leite de Negreiros, partícipe passiva, que veio a falecer muito depois, em março de 1948.

Ainda adolescente, entrevistei quatro irmãos de minha avó, todos já falecidos: João Corrêa de Meira, jornalista por muitos anos de *O Estado de S. Paulo*; Dr. Antônio Meira Neto, juiz de Direito, presidente do Tribunal do Júri de São Paulo de 2 de agosto de 1951 a 15 de maio de 1957; Dr. Rafael Corrêa de Meira (autor do

¹ Minha avó Guiomar Corrêa de Meira nasceu a 18 de abril de 1893 em Analândia, tendo sido batizada a 4 de julho de 1893 na matriz de Rio Claro. Foram seus padrinhos o Dr. Rafael Corrêa da Silva Sobrinho (a quem vovó chamava de tio *Faê*) e sua mulher D. Amazile Teresa de Meira. Vovó faleceu a 9 de maio de 1992 na cidade de São Paulo, aos 99 anos de idade.

livro *Curso de Direito Romano*, publicado pela Ed. Saraiva em 1982), delegado de polícia; e D. Maria do Rosário Corrêa de Meira², a qual deixou um livro inédito de memórias. Pude ainda dispor de cópia de uma peça de teatro escrita em dezembro de 1961 pela minha tia D. Maria Geralda do Amaral Mello³, irmã de mamãe. Outro filho de Tônico Meira seguiu a carreira do tio Rafael Corrêa da Silva: Dr. José Corrêa de Meira, a quem não conheci por falecer cedo, juiz de Direito em Mogi das Cruzes e em outras localidades, sempre como paradigma da Justiça.

Poder-se-ia assim resumir a história oral colhida dos meus familiares:

Nas eleições municipais de 16 de dezembro de 1901, em Analândia, saíram dois candidatos. Um que era apoiado por Diogo Eugênio de Sales, irmão de Campos Sales, e outro, apoiado por Tônico Meira. Embora a mulher de Tônico, D. Lídia Leite de Negreiros, fosse prima em segundo grau de Diogo Sales, ambos eram inimigos políticos. Com o intuito de melindrar Tônico Meira, Campos Sales lhe mandou passar o título de major da Guarda Nacional; embora não tenha aceitado o título, Tônico o conservou entre seus pertences, só se sabendo após sua morte. Não funcionando o ardil, Campos Sales fez marchar um grande número de soldados para Analândia com o intuito de intimidar os eleitores. Mas Tônico Meira era um homem que não se curvava. Seu candidato enfrentou e venceu as eleições. O difícil depois foi preservar a vida daqueles soldados, uma vez que os cidadãos de Analândia, indignados com esse atentado à democracia política, queriam linchar os jagunços salistas. O clima político era tenso.

Em 1902, no governo do Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, presidente da República do Brasil, um grupo de fazendeiros do interior do Estado de São Paulo, tendo por comandante e líder o Professor Dr. Rafael Corrêa da Silva (apesar do apelido Corrêa, não era parente de Tônico Meira, mas cunhado e amigo), intentou derrubar a República e restaurar a Monarquia no Brasil. Rafael era a alma do movimento e o elo de ligação entre os rebeldes. Foram partícipes, entre outros: Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, professor da Faculdade de Direito (primo-irmão de Tônico), João Corrêa de Camargo Aranha Júnior (primo-irmão e cunhado de Tônico), João Pinto, Ananias Rocha, mais dois irmãos Corrêas, primos do Dr. Rafael, cujos nomes poderiam ser Mateus e Cornélio. Em São Paulo atuavam Rafael Corrêa e José Mariano; em Analândia, Tônico Meira; em Rio Claro, Ananias Rocha e João Corrêa de Camargo Aranha Júnior. Era tempo de eclodir a sublevação: os cartazes “subversivos” já se achavam prontos; para levá-los da tipografia de Rio Claro para São Paulo foi encarregado João Pinto. Este, tão somente para entrar na História, como ele próprio declarou mais tarde, comentou para um amigo seu, na viagem de trem com destino a São Paulo, sobre a intentona e relatou que ele é que estava levando os manifestos para a direção do movimento em São Paulo. Seu amigo desceu na estação seguinte e denunciou o caso para as autoridades, as quais, por seu turno, telegrafaram para as unidades policiais, que conseguiram sufocar a tempo a deflagração. João Pinto, ao desembarcar na Estação

² A título de curiosidade, ela é mãe do famoso ator Tarcísio Meira.

³ Professora, jornalista e escritora premiada no ano de 1967 (autor revelação- literatura adulta) com o **Jabuti**, pelo livro de contos “As três quedas do pássaro”, pela Ed. Civilização Brasileira. A peça era denominada “Pequeninha revolução grande”.

da Luz, teria recebido voz de prisão. Quem iria ao trono, em caso de triunfo, seria o Príncipe D. Luís, impedido de desembarcar no porto de Santos, filho da Princesa Isabel e neto do Imperador D. Pedro II. O destino de Campos Sales seria o mesmo de D. Pedro II: o exílio na Europa... Rafael Corrêa buscou refúgio na fazenda de Tonico Meira, em Analândia, para não ser preso, e os dois permaneceram internados por um bom tempo nas matas da fazenda, sempre informados da presença da polícia pelos camaradas de Tonico.

Nas freqüentes visitas aos arquivos e centros culturais que empreendia, interpelava as pessoas sobre a citada intentona, sem sucesso. Quando houve o lançamento⁴ do livro *A Legitimidade Monárquica no Brasil*, de autoria do amigo e jornalista Armando Alexandre dos Santos, tive o prazer de conhecer os Príncipes D. Luís e D. Bertrand, herdeiros do trono imperial brasileiro, netos de D. Luís, por quem lutaram os monarquistas de 1902. Os príncipes não tinham informação sobre uma possível troca de cartas entre seu avô e os revoltosos. Aliás, ignoravam a rebelião. Honestamente, passei a questionar a importância do movimento.

Uma dúvida me inquietava: D. Luís não era o herdeiro do trono, menos ainda seu irmão mais velho D. Pedro de Alcântara, uma vez que ainda eram vivos a Princesa D. Isabel e seu marido, o Conde d'Eu. Lendo o citado livro, a questão ficou esclarecida e conferiu mais credibilidade à tradição, especialmente porque ela nomeava por herdeiro um nome que soa estranho para quem estuda o Império: *Luís*. Pois bem: D. Pedro de Alcântara viria a renunciar ao trono em 30 de outubro de 1908, ato este perpetrado em Cannes, na França, do próprio punho, na presença de sua mãe, a Princesa D. Isabel. Por amor, renunciou à possibilidade de se tornar monarca, vindo a se casar duas semanas depois do ato... Entretanto, algum tempo antes mesmo de 1902, a Princesa Isabel já acenava como herdeiro do trono o Príncipe D. Luís, pois era considerado mais capacitado à função e também pela insistência de D. Pedro em se casar com uma senhora que, embora nobre, não portava sangue real. E a escolha por D. Luís seria conhecida pelos monarquistas brasileiros, com os quais D. Isabel mantinha contínua correspondência.

Senti então que deveria me aplicar com mais entusiasmo ao assunto. Depois de pesquisas bibliográficas, finalmente encontrei algumas referências, em obras de Edgar Carone⁵ e de Maria de Lourdes Mônaco Janotti⁶, a qual, através de um relatório do chefe de Polícia de São Paulo, esboçou uma competente narrativa dos fatos. Obtive, depois, uma cópia desse mesmo documento, existente no Arquivo do Estado.

Apenas em 2001 voltei ao assunto da Intentona, agora desinteressadamente, em um almoço promovido pela Sociedade Amigos do Instituto Histórico e Geográfi-

⁴ O lançamento deu-se a 28 de abril de 1989 na cidade de São Paulo.

⁵ CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

co de São Paulo. Assentei-me próximo do Dr. Modesto Souza Barros Carvalhosa e do Dr. Paulo Bomfim⁷. Lá pelas tantas, o poeta Paulo fez algum comentário sobre uma revolução monarquista da qual seu bisavô fizera parte, Carlos Batista de Magalhães. Por seu turno, Carvalhosa, bisneto do Conde do Pinhal (Antônio Carlos de Arruda Botelho), lembrou a influência de seu antepassado nos meios monarquistas do Brasil logo após a proclamação da República. Depois de me confessar bisneto de um participante da Intentona, a conversa prosseguiu com intercâmbio entre mim e Paulo. Este indicou o trabalho de um historiador de Araraquara, Osmar Osis Gobatto, do qual recebi uma cópia de sua tese intitulada *A Revolta Monarquista de 1902 no Estado de São Paulo*, apresentada em 2000 ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, para obtenção do título de doutor em Sociologia. Aos citados encaminhei uma cópia do Relatório do Chefe de Polícia.

Para muitos, o advento da República no Brasil, a 15 de novembro de 1889, foi uma questão militar sem participação popular. Barbosa Lima Sobrinho, em *A Presença de Alberto Torres* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968), faz sucinto comentário sobre o Império: *Diga-se em louvor da Monarquia que as autoridades sabiam respeitar o direito de discordar. Não se perseguia como subversivo o estudante republicano. Não o puniam, nem afastavam os diretores das escolas. Sob o domínio de D. Pedro II, o Brasil era realmente uma democracia.*

Se em um primeiro momento, depois de alijados do poder, os monarquistas ficaram sem ação, no segundo mostraram-se desarticulados, sem uma liderança natural e sem capacidade de restaurar a Monarquia. Quando a República passou do governo militar para o civil, ao tomar posse o Dr. Prudente de Moraes Barros, por meio de uma eleição popular, este fortaleceu o poder civil ao conseguir eleger como sucessor um outro civil, o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales.

Em novembro de 1895 organizou-se em São Paulo o Partido Monarquista, sob as lideranças de Eduardo Prado e de João Mendes de Almeida⁸. Se durante a Monarquia foi permitida a existência do Partido Republicano, não seria agora, na República, que não poderia surgir um partido oposicionista, o Monarquista. Mas essa benevolência republicana durou pouco. No ano seguinte deu-se o seu fechamento por ordem de Campos Sales, então presidente do Estado de São Paulo. Houve, pouco antes, uma séria disputa entre Eduardo Prado e João Mendes. A este estavam ligados os católicos radicais oriundos do partido conservador sob a égide monárquica e

⁷ Paulo Lebeis Bomfim, aclamado “Príncipe dos Poetas Brasileiros”, além de livros de poesias, é autor de diversos artigos históricos e genealógicos.

⁸ O Dr. João Mendes de Almeida (1831-1898) empresta seu nome à praça no centro da cidade de São Paulo, em frente ao Fórum também denominado João Mendes. Foi pai, entre outros, dos bacharéis Dr. João Mendes de Almeida Júnior, diretor da Faculdade de Direito de 1912 a 1915, e do Dr. Francisco Penaforte Mendes de Almeida, companheiro do Dr. Rafael na Intentona Monarquista.

grande parte dos estudantes da Faculdade de Direito. Já Eduardo Prado buscava apoio entre a progressista burguesia cafeeira. O braço direito de João Mendes era Rafael Corrêa.

Os monarquistas sofreriam ainda mais dois rudes golpes: os falecimentos de João Mendes em 16 de outubro de 1898 e o de Eduardo Prado em 30 de agosto de 1901. Paralelamente, o Partido Republicano Paulista (PRP) rachava pelas disputas de liderança entre os grupos liderados por Campos Sales e Prudente de Moraes. Campos Sales seguia uma linha considerada odiosa, que recebeu o nome de *Política dos Governadores*, por meio de acordos com os representantes das oligarquias regionais, o que propiciou o surgimento do coronelismo. Descontente com a situação do PRP, e principalmente com o agravamento da crise entre os cafeicultores, Prudente organizou uma dissidência⁹ do partido que ajudara a fundar. Assim, a 6 de novembro de 1901 publicou um Manifesto, no jornal *O Estado de S. Paulo*, de propriedade de Júlio de Mesquita, que passou a apoiar ostensivamente a nova corrente política.

Essa era a contextualização que permitiria a Intentona Monarquista de 1902. O Professor Edgar Carone publicou o Manifesto da Restauração Monárquica, que saiu na primeira página do jornal *Correio da Manhã* de 25 de agosto do mesmo ano, e aqui reproduzo:

Brasileiro, às armas!

A nossa honra de povo livre, os nossos brios de povo independente, a nossa própria conservação reclamam, de nós, nesta hora suprema de privações e ignomínias, toda a energia e todos os sacrifícios!

A terra gloriosa de nossos avós, a nossa amada Pátria, outrora invejada pelo estrangeiro como uma das mais felizes do mundo, está transformada em lodaçal, pau pestilento, onde só podem viver as oligarquias, cevadas no tesouro, tripudiando sobre a honra nacional.

Vede como a perversidade, de homens sem patriotismo, livres de obediência à moral, e afeitos à violência e ao crime, desfigurou a nossa grandeza, desbaratou a nossa riqueza, na orgia infernal que nos deprime e avilta!

Contemplai a miserável situação em que nos achamos!

Fora do país, de bárbaros é a nossa fama. O Governo Brasileiro foi proclamado, na Europa, o mais corrupto da Terra! Os nossos diplomatas, deslembados de sua alta missão, são objeto de ridículo nos países civilizados, onde deslustram o nome brasileiro por sua inépcia e ignorância!

Os credores externos, os ricos banqueiros de Londres, ditam leis ao nosso Governo, que garante com hipotecas os seus capitais, enquanto defrauda o credor nacional, impondo-lhe arranjos indecorosos, roubando-lhes as economias, com tantos sacrifícios acumulados!

De nossa supremacia na América resta apenas a lembrança! O nosso exército que venceu em 24 de maio, que triunfou no Humaitá, que se cobriu de glórias,

⁹ Plínio de Abreu Ramos, em *Os Partidos Paulistas e o Estado Novo*, ao analisar essa dissidência, com muita clareza de raciocínio percebe que ela originou, trinta anos mais tarde, o *Partido Democrático* (com Júlio de Mesquita, filho, à frente).

com tantas batalhas, na defesa da Pátria, já não pode impedir que a Bolívia nos tire o Acre, desintegrando o território nacional!

A Marinha, nossa gloriosa Marinha, que outrora pôde escrever com sangue, mas com glória inexcusável a epopéia do Riachuelo, apodrece ingloriamente na baía do Rio de Janeiro ou dela só se afasta, por ordem do governo, como medida de segurança, não da Pátria, mas do próprio governo, que a tem em suspeição.

Como nação valemos menos que o Egito, cujos títulos de dívidas logram, nas praças estrangeiras, cotações que os nossos já tiveram, mas que hoje não alcançam, tal o nosso descrédito.

No Interior as cores dos quadros desta atualidade não são menos negras.

Tudo corrompido, tudo em decomposição: uma vasta podridão de norte a sul do país:

Ruínas, ruínas por toda parte!

A lavoura, vencida por uma crise tremenda, como jamais se viu neste País, de balde tem esperado o socorro que o governo não podia negar, sem faltar a um imperioso dever.

O comércio, explorado pela ganância, batido pelo câmbio, cujas quedas e cujas oscilações tornaram impossível todo o cálculo, ou vegeta como planta marinha ou abre escandalosa falência, procurando na fraude vantagens que o trabalho honesto já não pode dar!

As empresas definham ao desamparo, morrem sugadas pelo fisco, cujo mil tentáculos arrecadam quantias fabulosas, que mal entram para o erário público, dele saem para as dissipações dos magnatas, para enriquecer os advogados administrativos, e, suprema vergonha, para o luxo das meretrizes corretoras, cujos retratos o despudor de um ministro estampou nas notas do tesouro.

Tudo ruínas; ruínas materiais, manifestadas na pobreza e na miséria que se alastram por toda a parte; ruínas morais dolorosamente reveladas na devassidão que campeia de um extremo a outro do país!

A União já suspendeu pagamentos; os Estados já não podem pagar o funcionalismo público, e fecham escolas porque o dinheiro do imposto escasseia, enquanto a ganância dos larápios aumenta desmedidamente numa fúria diabólica!

Justiça! Por justiça clama o povo brasileiro sem a encontrar nos tribunais, cujos juízes são feitos ao molde de interesseira e mesquinha política!

O magistrado, que em toda a parte é garantia dos direitos individuais, segurança de todas as liberdades, é aqui servo do governo, a cujo saldo está a vara da justiça, transformada em instrumento político, de que as oligarquias se servem para cortar os estímulos do patriotismo revoltado!

Desgraçada situação! Pobre Pátria, cujo destino está nas mãos de uma malta de aventureiros tão arrojados em suas empresas de explorações quão despojados de brio e de honra!

Brasileiros; isto não pode continuar. Às armas!

Salvemos a nossa Pátria; sejamos dignos de nossos antepassados!

É impossível maior dilação: soou o momento preciso, inadiável, em que cada cidadão deve cumprir o seu dever! E esse dever só será cumprido pela Constituição de um Governo Nacional, capaz, pela inteligência e pela honestidade, de

garantir o nosso direito, respeitar a nossa liberdade e bem conduzir a Nação aos seus gloriosos destinos!

Exército de Caxias e de Osório, Marinha de Barroso e Tamandaré: confraternizai com o povo para salvação da Pátria!

Soldados brasileiros, cuja espada gloriosa sempre fulgiu brilhante na defesa nacional, não a deixeis na bainha agora que a Pátria faz um supremo apelo ao vosso valor e patriotismo!

Mocidade das Escolas, civis e militares, vós que ainda conservais a pureza do amor pátrio, que enche os vossos corações, vinde, altaneira e generosa, combater a tirania em nome da liberdade!

Brasileiros! Cumpri o vosso dever! Às armas!

VIVA O BRASIL!

VIVA A LIBERDADE!

Os autores do Manifesto tiveram o cuidado de não explicitarem a tentativa de derrubada do governo, o que se constituiria em crime. Poderia ser lido hoje sem causar estranheza, tal a semelhança com fatos do presente! O Brasil não mudou muito em 100 anos...

De acordo com o Relatório do Chefe de Polícia¹⁰, as lideranças poderiam ser nomeadas da maneira que segue. Em São Paulo: Dr. Rafael Corrêa da Silva e Dr. Francisco Penaforte Mendes de Almeida (ambos professores da Faculdade de Direito). Na região de Araraquara: Carlos Batista de Magalhães (cafeicultor, banqueiro e presidente da Companhia Estrada de Ferro de Araraquara), de origem republicana. Em Matão: Carlos Leôncio Magalhães, Nhonhô Magalhães, filho de Carlos Batista (cafeicultor). Em Taquaritinga: o Tenente-Coronel Joaquim Mateus Corrêa, irmão de Rafael Corrêa da Silva. Leiamos parte do citado relatório, na versão oficial dos fatos:

Adversários das instituições republicanas, inspirados por móveis menos patrióticos, não trepidaram, obedecendo a um plano sedicioso com ramificação, em diversos pontos do país e até no estrangeiro... Aliciando capangas e formando grupos armados, visaram os promotores da rebelião, antes de tudo, a substituição violenta da forma de governo estabelecida pela lei constitucional da República.

... Um plano revolucionário tinha sido aventado tendo por fim, de momento, a deposição do governo do Estado e da República, sendo convocada uma Constituinte, que resolveria sobre a forma de governo, se desde logo não fosse proclamada a Monarquia. Os revoltosos diziam que no Rio de Janeiro o movimento teria como chefes Lafaiete e Lauro Sodré, que fariam parte do governo provisório que seria aclamado, bem como o Visconde de Ouro Preto. Nesta capital, além de outros monarquistas, destacava-se, mais em evidência, o Doutor Rafael Corrêa da Silva...

¹⁰ DAESP. *Relatório do Chefe de Polícia de São Paulo*, apresentado no ano de 1902 por José Cardoso de Almeida ao Secretário do Interior e Justiça, pp. 24-35.

O que se depreende do Relatório, resumidamente, é que, por orientação de Rafael Corrêa, a data da deflagração ficou marcada para o dia 22 de agosto de 1902. Taquaritinga (antiga Ribeirãozinho) foi invadida por mais de dois mil homens armados, os quais depuseram as autoridades, empossando um governo provisório local. Da mesma forma Pinhal, tomada por oitocentos homens armados. Deram-se vivas à Monarquia e morras à República. Contabilizou-se uma única morte nos episódios. No dia seguinte as forças governamentais reverteram a situação. Pelo menos por um dia o Brasil voltou a ser monárquico nessas cidades! A estratégia era fazer irromper inicialmente o movimento no interior, obter vitórias e aí deflagrar a revolta na capital paulista. Depois, haveria de ser no Brasil inteiro...

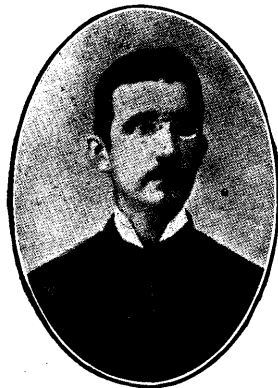
Apesar de denunciado, houve uma certa complacência para com Rafael Corrêa, quiçá pela admiração que lhe tinham seus alunos na Faculdade de Direito, quiçá pela autoridade e respeito que impunha a seus adversários. Quando foi intimado a depor, os estudantes fizeram um cordão de isolamento para impedir a ação policial, com prisões e feridos de parte a parte. Uma boa notícia estava por vir: no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8 de novembro do mesmo ano de 1902, saiu publicado o despacho do Juiz Manuel Dias de Aquino e Castro, julgando improcedente a denúncia do procurador da República contra os revoltosos. Na cidade de São Paulo organizou-se uma manifestação de solidariedade a Rafael Corrêa. Estudantes e correligionários políticos, acompanhados de uma banda musical, dirigiram-se à sua residência, na chácara da rua Vergueiro¹¹, onde gritaram vivas à Monarquia. Finalmente, em setembro de 1905 todos os envolvidos foram anistiados por proposta do Senador Rui Barbosa.

Esboço biográfico do Dr. Rafael Corrêa da Silva

Rafael Corrêa da Silva Sobrinho¹² nasceu a 17 de abril de 1858 na cidade de Araraquara, tendo sido batizado (livro 3º, fls. 160) na sua igreja matriz a 2 de maio do mesmo ano, filho do Coronel Francisco de Paula Corrêa e de D. Maria Luiza Corrêa. Fez seus estudos preparatórios no Colégio São Luís, em Itu, nos anos de

¹¹ Rua Vergueiro nº 363, bairro da Liberdade. Há décadas é quartel da Polícia Militar.

¹² LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia., 1902. 9 volumes. Volume VI, p. 61. MORAES, Esaú Corrêa de Almeida. *Família Paulista: Livro de Família*. São Paulo: Gráfica Canton, 1969. Volume IV, p. 172. Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro, da série da Biblioteca Genealógica Brasileira. VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2ª ed. 2 volumes. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. Volume II, p. 381. FERREIRA, Waldemar [Martins]. *A congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: Typ. Siqueira. Separata da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo. 1928, pp. 147 e 148.



1870 a 1875, e matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em princípios de 1877, bacharelando-se em novembro de 1881. Casou-se¹³ a 10 de abril de 1882, provavelmente na matriz da cidade de Rio Claro, com D. Amazile Teresa de Meira, irmã de Tonico Meira. Ex-aluna do Colégio de Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, ali teve formação intelectual compatível com a formidável cultura de seu marido.

Foi um dos primeiros estudantes da turma, brilhando, ao mesmo tempo, como redator da *Reação*, órgão do Círculo dos Estudantes Católicos, e redator-chefe d'*O Constitucional*, órgão do Clube Conservador

Acadêmico. Exatamente um dia depois da sua formatura, foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador. Quando subia na tribuna, seus discursos eram dos mais esperados. Não se reelegeu no biênio 1884-1885, mas o foi, entretanto, para o biênio 1886-1887. Nesse tempo se associou ao Dr. Antônio Augusto da Fonseca, padrinho de batismo de seu amigo Tonico Meira, na cidade de Rio Claro; trabalharam juntos até a morte daquele, em 1890. Ainda em Rio Claro advogou também com o Dr. Estêvão de Araújo Almeida. Em 1889, nas últimas eleições sob a bandeira do Império, disputou uma vez mais a cadeira de deputado, novamente pelo Partido Conservador. Era radical, e não escondia de ninguém essa condição. Monarquista e católico assim se expressou por ocasião da eleição:

Hasteio a bandeira conservadora, a dos princípios consagrados na Constituição Política, e repilo, a toda força, as inovações revoltantes, que pretendem fazer pseudochefes, que, a serem francos, deviam ter-se filiado na República, ou deviam hastear alguma nova bandeira.

Inscrito, em 1893, no concurso para lente substituto da quarta seção (economia política, direito administrativo, ciência das finanças e contabilidade do estado), Rafael obteve o primeiro lugar e foi o indicado para a nomeação. Mas o presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, porque o indicado era monarquista, e contra o voto expresso do artigo 65 do decreto 1.159, de 3 de dezembro de 1892, nomeou o Dr. João Pedro da Veiga Filho. Por dez votos contra oito, rejeitou a Congregação uma indicação do Dr. Pedro Lessa, para que se não desse posse ao Dr. Veiga Filho, em sinal de protesto contra a ilegalidade do ato do governo. Aberto, em 1895, concurso para substituto da quinta seção (processo e prática forense), sem que nenhum candidato se houvesse inscrito, a Congregação, a 3 de abril, aprovou uma proposta dos doutores Almeida Nogueira, João Mendes de Almeida Júnior e Frederico Abranches, no sentido de ser apresentado ao governo o nome do Dr. Rafael Corrêa da Silva. E ele foi nomeado, por decreto de 15 de maio de 1895, pelo Presidente

¹³ MORAES, Esaú Corrêa de Almeida. Ob. Citado, p. 177.

Prudente de Moraes. Tomou posse em 25 do mesmo mês, recebendo o grau de doutor. É interessante observar que, a par da sua fama, jamais passou de substituto na Faculdade de Direito!

Depois da proclamação da República, nunca mais pleiteou cargos públicos, exceto o de lente. Fundou e foi o diretor do *Império*, em qual veículo pregava a Monarquia. Seguiu os passos do jurista Dr. João Mendes de Almeida, fervoroso monarquista e católico praticante, eleito patrono do Dr. Rafael quando este ocupou a cadeira de nº 37 da Academia Paulista de Letras¹⁴.

Em 6 de outubro de 1896 enviou ofício¹⁵ ao diretor da Faculdade comunicando que suprimira o apelido Sobrinho, que usava, por haver falecido seu tio Rafael Corrêa da Silva, morador em Araraquara.

Segundo escreveu¹⁶ Pelágio Lobo, Rafael Corrêa foi um dos lentes da Faculdade de Direito que mais admirou, e era...

de hábitos severos, possuía um aspecto externo ríspido a que a sua figura emprestava tons de criatura fechada e ferrenha. Quem, entretanto, dele se aproximasse, com muito pouco trabalho conseguia logo assenhorear-se das suas reservas afetivas, escondidas através daquela máscara de tanta austeridade. E verificaria logo que ele era, ao contrário, homem de um inesgotável bom humor e, mais e melhor que isso, conversador atraentíssimo, que pontilhava as suas palestras com freqüentes notas humorísticas que, em geral, traziam um fecho fescenino para maior ilustração e gozo do auditório. Cultivando os clássicos da língua e manejando este nosso hoje tão escalavrado e maltratado idioma com uma sobranceira e uma destreza que nele atestavam, a cada passo, um estilista vigoroso, em muitas passagens dos seus escritos trazia à tona expressões, frases e termos do melhor cunho vernáculo que estavam a confirmar suas intimidades com Vieira, Bernardes, Camilo e outros consagrados maneiradores do verbo português.

Ao lado dessa segurança e sobranceira no manejo da língua, jogava Rafael com a mordacidade picante e, em alguns passos, com a irreverência às vezes despalavrosa, que lhe asseguravam o esmagamento do adversário, num sarcasmo demolidor...

O seu aspecto, o seu feitio moral, era totalmente diverso: a figura ríspida, severa e seca. Alto, magro, com as maçãs do rosto bem salientes, o fulgor dos olhos, de uma implacável penetração, fazia contraste vivo com a palidez do rosto e a cor desbotada que revelava nele um organismo doentio, prematuramente gasto e já consumido pela moléstia que logo depois o matou.

¹⁴ SANTOS, Délio Freire dos. *Recordando... Academia Paulista de Letras e seus fundadores*. São Paulo: KMK Gráfica e Editora, 2000, p. 101.

¹⁵ Processo nº 1812, ano 1877, do Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

¹⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, de 21 de maio de 1944.

Escritor primoroso, era o mestre acatado das letras portuguesas e latinas, da história, filosofia e religião. José Antônio de Almeida Amazonas, colega de turma, afirmou que Rafael Corrêa *era o professor de Direito mais completo, mais perfeito que conhecera em sua vida*. Na Revista da Faculdade de Direito de São Paulo foram publicados muitos trabalhos seus, inclusive a conferência *O Júri*, que fez um estrondoso sucesso.

Depois do fracasso da Intentona, teve que se ocultar e fugir, para evitar a prisão. Um desses lugares foi Analândia, na fazenda de Tonico Meira, em plena mata, longe do conforto que necessitava para a moléstia que acabava com a sua vida: a tuberculose. Quando o estado de saúde de Rafael Corrêa se agravou, mudou-se para a cidade de Campinas por julgar o seu clima mais adequado. Piorando, transferiu-se para Limeira, onde adquiriu uma fazenda, e ali veio a falecer a 25 de abril de 1911. Sua mulher, D. Amazile, no ano de 1936.

Esboço biográfico de Antônio Gonçalves Corrêa de Meira Jr. (Tonico Meira)

Antônio Gonçalves Corrêa de Meira Júnior¹⁷ (Tonico Meira) nasceu a 25 de janeiro de 1861 na cidade de Rio Claro, tendo sido batizado a 6 de julho do mesmo ano, tendo sido seus padrinhos o Dr. Antônio Augusto da Fonseca e sua mulher D. Maria Inocência de Arruda Fonseca. Antônio era filho de outro de mesmo nome (conhecido na família como o Velho Meira), e de sua mulher D. Maria da Glória Ferraz de Andrade, ambos naturais da cidade de Rio Claro. Homem sensível, Tonico era amante da música, sendo violinista. Sua mulher Lídia o acompanhava ao piano.

Tonico Meira estava fadado a seguir o curso de Direito na Faculdade do Largo São Francisco. Para tanto, seu pai o mandou estudar no Colégio São Luís de Itu¹⁸, onde foi colega de Rafael Corrêa da Silva. Ingressou no colégio a 11 de fevereiro de 1875, permanecendo até fins de 1877. Ali os dois amigos tiveram por mestre o temido Padre Rafael M. Galanti, SJ., autor de *História do Brasil*, monumental obra para o seu tempo, que bem indica o alto nível da escola e de seus docentes. Teve que interromper seus estudos com a morte da mãe, D. Maria da Glória, ocorrida a 5 de março de 1876, de parto, com a idade de 38 anos. O Velho Meira, marido amantíssimo, absolutamente perturbado, pediu a Tonico, seu filho varão primogênito, lhe prestasse assistência e voltasse para o lar. Com 17 anos, incompletos, Tonico passou a gerenciar as fazendas de seu pai na cidade de Rio Claro, a saber: Santa Rosa, Píneirinho, Campo do Coxo e Baú.

¹⁷ LEME, Luís Gonzaga da Silva. Ob. citada. Volume VI, p. 36.

¹⁸ O prédio onde funcionou o Colégio São Luís, em Itu, desde 1920 serve hoje de quartel. A escola, juntamente com seu arquivo, foi transferida para a cidade de São Paulo, funcionando na Av. Paulista. Foi o Padre Hélio Abranches Viotti, SJ, quem me forneceu os dados escolares sobre Tonico Meira e Rafael Corrêa.



O Velho Meira, quando sua mulher era viva, vivia abastado em Rio Claro. Por morte dela, como já se viu, desgostou-se de tudo, abandonou a política e os negócios e faleceu em Itu relativamente pobre, para quem tanto tivera antes. Era conhecido pela sua extrema bondade. Há uma história que bem mostra essa sua qualidade, quando seu filho Tônico Meira era administrador de sua fazenda Pinheirinho. Por um descuido deste, o fubá recebeu água da chuva torrencial que se abateu sobre a fazenda e não encontrou resistência no moinho. Pai e filho discutiram, e Tônico disse para seu pai que não dependeria mais dele, que tinha um ranchinho em cima da serra que lhe ficara por morte de sua mãe D. Maria da Glória, e que para lá iria. Assim se deu. Sem o

saber, dessa quizília resultaria ter participação ativa na fundação da cidade de Analândia no ano de 1887. Com os poucos escravos que possuía, seguiu com sua mulher para aquelas terras incultas. Pouco depois chegava o pai, com dois carros de boi, carregados de mantimentos e com dois porcos, mais a bênção paterna. Dessa maneira, Tônico formou a fazenda São Pedro da Boa Vista, propriedade com cerca de 150 alqueires paulistas de terra, famosa pela beleza de seus jardins. O nome foi formado como lembrança à sua vista monumental e ao torrão natal de sua mulher, D. Lídia Leite de Negreiros¹⁹. Depois de algum tempo na São Pedro da Boa Vista, vendeu-a e adquiriu uma outra, a Santa Carolina, com 70 alqueires. Sua terceira e última fazenda foi a Santa Maria da Glória, originariamente com 500 alqueires, a mesma que havia servido de patrimônio para formação da cidade de Analândia.

Tônico Meira faleceu a 29 de setembro de 1914, acometido de mal súbito, em uma terça-feira, por volta de 22:00 horas, na cidade de São Carlos, para onde pensava em se transferir com sua família e ali procurava novas terras. No dia seguinte telegrafaram para Rio Claro, comunicando seu passamento. O primeiro a aparecer foi seu sobrinho Dr. Rafael Corrêa da Silva Filho (Zico). Seu corpo foi encaminhado de trem para Analândia, onde o povo lhe rendeu homenagens na própria estação. O féretro seguiu depois para Rio Claro, onde foi sepultado no jazigo de seus pais. Fez-se auto de inventário²⁰ a 10 de outubro de 1914 em Rio Claro. Entre os bens, a *Santa*

¹⁹ Casaram-se a 5 de janeiro de 1886 em Piracicaba. Foram seus padrinhos o Dr. Rafael Corrêa da Silva Sobrinho e o Coronel Carlos de Arruda Botelho (irmão do Conde do Pinhal), este casado com D. Mariana da Silva Gordo, prima-irmã de D. Antônia Isabel de Negreiros, mãe da noiva.

²⁰ 2º Ofício de Rio Claro, 1914, maço 186, de Antônio Gonçalves Corrêa de Meira Jr.

Maria da Glória, com 300 alqueires de terras em Analândia, hipotecada a João Procópio, com todos os seus acessórios. As dívidas somavam 10 contos de réis.

Viúva, D. Lídia permaneceu na fazenda até 1919, quando a mesma foi executada. Perdeu tudo, ficando na mais absoluta miséria. Este desastre não a abateu nunca, pelo contrário. Católica praticante, como seu marido, encontrou apoio na religião para bem educar seus filhos. Não querendo depender de parentes, passou a fazer quitutes²¹ com o auxílio de empregadas contratadas, os quais o seu ex-escravo Joaquim, que lhe seguiu até morrer, vendia pelas ruas da cidade de São Paulo. Ficaram famosos os seus biscoitos de polvilho.

Esboço biográfico do Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha

José Mariano Corrêa de Camargo Aranha²² pertenceu à turma de 1890 a 1894 da Faculdade de Direito de São Paulo. Natural da cidade de Rio Claro, filho de João Corrêa de Camargo Aranha (irmão inteiro de Antônio Gonçalves Corrêa de Meira, pai de Tonico Meira) e de D. Elisa Álvares Machado.



Fez os seus primeiros estudos na fazenda Santa Maria, de propriedade de seus pais. Fez quase todos os preparatórios no Seminário Episcopal, e frequentou, também, o Curso Anexo. Matriculado no primeiro ano da Faculdade de Direito em 1890, bacharelou-se em Ciências Sociais em 1893 e em Ciências Jurídicas em 1896. Por decreto de 5 de julho de 1897 foi nomeado, por concurso, lente substituto da primeira seção. Recebeu o grau de doutor a 12 do mesmo mês, dia de sua posse.

Por decreto de 12 de janeiro de 1901 foi nomeado lente catedrático de direito público e constitucional, tomando posse da cadeira em 1º de fevereiro. Em 1902, por portaria de 1º de maio, foi transferido, por permuta com o Dr. Uladislau Herculano de Freitas, para a cadeira de direito criminal, especialmente direito militar e regime penitenciário. Por decreto de 17 de maio de 1911 foi nomeado professor ordinário da cadeira de teoria e prática do processo criminal, da qual tomou posse no dia 26.

²¹ Minha mãe, D. Guiomar Meira do Amaral Mello foi a melhor aluna entre suas filhas e netas, fazendo os mesmos doces, para gáudio dos familiares.

²² VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2ª ed. 2 volumes. Brasília: INL, Conselho Federal de Cultura, 1977. Volume II, pp. 338 e 388. FERREIRA, Waldemar [Martins]. *A congregação da Faculdade de Direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: Typ. Siqueira. Separata da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo. 1928, pp. 98- 99.

Casou-se a 20 de fevereiro de 1896 com D. Rute Brasiliense, filha do Dr. Américo Brasiliense de Almeida Melo²³. Monarquista intransigente, recusou cargos na administração republicana. Foi redator-chefe do jornal *O Império*, tendo por companheiro o amigo e colega Dr. Rafael Corrêa da Silva. Faleceu a 27 de setembro de 1913. De sua autoria há apenas as “Preleções de Direito Criminal”, taquigrafadas e publicadas por Augusto Moreira Soares, em 1896, na cidade de São Paulo.

Considerações finais:

A falta de uma organização maior (fruto da disputa entre os monarquistas) e o não envolvimento de militares na Intentona podem ser apontados como causas do fracasso. Apesar de aparentemente terem feito um grande esforço no interior, organizando e armando camponeses, não há indícios de que os líderes tenham tentado o mesmo junto à crescente força operária dos grandes centros urbanos. Erro de estratégia ou desprezo para com a nova classe? Poder-se-ia qualificar o movimento como consequência do descontentamento da elite cafeeira, liderada por professores da Faculdade de Direito de São Paulo. A restauração monárquica encontrava resistência popular pelo fato de a oposição republicana propagar que quem assumiria de fato o trono seria o marido da Princesa Isabel, o Conde d’Eu, um estrangeiro. Por tudo isso, os redatores do jornal anarquista *O Amigo do Povo* recomendaram²⁴ a seus leitores que não se envolvessem nessa “briga de burgueses”.

A questão do clã parental mostra, de um lado, a pouca projeção da Intentona, mas por outro lado talvez explique as pequenas penalidades aplicadas aos revoltosos: o governo não quis gerar enfrentamento com pessoas com as quais houve ou havia relações, ora de parentesco, ora de amizade política, ora de ambos.

Pode-se fazer um paralelo entre esse movimento e a Revolução Constitucionalista de 1932. Ações predominantemente paulistas, pretendiam buscar apoio popular antes de uma intervenção militar, a qual esperavam surgisse espontaneamente na hora decisiva. No rigor da análise histórica, uma certa dose de ingenuidade.

Das razões do malogro da Intentona em Analândia e em Rio Claro, entre outras cidades, não há notícias documentais e, por isso ignoram-se os motivos. Teria sido pela denúncia do amigo de João Pinto às autoridades? Em não havendo o fato, ou o “crime”, não teriam sido processados os seus envolvidos, apesar de terem sua liberdade cerceada naquele momento. Daí, apenas a tradição oral familiar, a qual mostrou-se competente na medida do possível, para resgatar a memória.

²³ O Dr. Américo Brasiliense era republicano e foi presidente da Província de São Paulo, de março a dezembro de 1891. Juntamente com o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, em 1875, foi o fundador do jornal “Província de São Paulo”, hoje “O Estado de S. Paulo”, desde 1885 em mãos da família Mesquita.

²⁴ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Ob citada, p. 241.